

Leia neste número:

Continuamos na Luta 01

Sindicatos se unem contra o McDonalds 02

Jornada Nacional de Luta 02

Ministro do Trabalho apoia direito à greve 03

Em defesa do Direito de Greve 03

Comerciários: Patah reeleito 04

Brasil e Argentina organizam Encontro 04

Mais Justiça no Imposto de Renda 04

Continuamos na Luta

A **União Geral dos Trabalhadores** participou na quarta-feira, dia 25 de fevereiro, de uma maratona de reuniões em Brasília buscando a mudança das Medidas Provisórias 664 e 665 que prejudicam direitos dos trabalhadores e procurando avançar na agenda trabalhista. A **UGT** não aceita um retrocesso nos direitos dos trabalhadores.

A reunião com os representantes do governo federal e a **UGT, que foi representada pelo seu vice-presidente Roberto Santiago**, e centrais sindicais - a terceira rodada de negociações, não representou avanços. Com a duração de três horas e discutindo apenas a forma como devem ser feitas alterações mitigando os ataques aos direitos trabalhistas, a reunião não chegou a um consenso.

Para a **UGT** e as demais centrais sindicais participantes, as modificações devem ser feitas através de novas iniciativas e as atuais MPs, revogadas. Para a revogação dessas medidas é suficiente que elas não sejam apreciadas no Congresso Nacional até 2 de abril. Para a **UGT** o simples fato de haver 741 emendas parlamentares às MPs mostra a necessidade de um novo texto de consenso entre as centrais, o governo e os parlamentares.



O **estudo do DIEESE** sobre a acentuada rotatividade no emprego foi apresentado na reunião. O estudo propõe multa para as empresas que apresentarem rotatividade acima da média do seu setor. Essas multas trairiam reforço ao caixa do governo sem a quebra de direitos trabalhistas.

Os ministros da Previdência, Carlos Gabas; do Trabalho e Emprego, Manoel Dias; e do Planejamento, Nelson Barbosa, participaram da reunião com a **UGT** e as centrais CUT, Força Sindical, Nova Central, CGTB e CTB.

Antes da reunião com os representantes federais, que ocorreu à tarde, houve um café da manhã com o presidente da Câmara dos Deputados, **Eduardo Cunha**, que argumentou com as centrais sindicais que o país precisa de um ajuste fiscal e pediu aos dirigentes que não lutem pela rejeição das medidas, mas apenas pelo seu aperfeiçoamento.

O **deputado Cunha** anunciou na reunião que deverá levar a votação em 30 dias o Projeto de Lei (PL) 4.330, referente à regulamentação das atividades de terceirização. Eduardo Cunha disse que, independentemente de concordar com o conteúdo do texto, considera necessário dar andamento ao projeto.

Para o **presidente da UGT, Ricardo Patah**, não é possível fechar os olhos para a terceirização, que está presente nas empresas brasileiras. "É fundamental que a regulamentação da terceirização não traga a precarização do emprego e da relação trabalhista. Exemplifico com os garis que são terceirizados no Brasil todo, tem um dos maiores pisos do país, de R\$ 1,3 mil, e com vale-refeição", comentou Patah.

Para a **União Geral dos Trabalhadores** o país passa por uma conjuntura difícil, com a fragilização da economia e do crescimento, com o rebrote da inflação e com os problemas políticos decorrentes da luta contra a corrupção. Os brasileiros estão pessimistas e esperam mais inflação e desemprego.

O ataque aos direitos sociais é inaceitável. Para a UGT só a mobilização ampla dos trabalhadores pode barrar o ataque aos direitos e avançar na pauta trabalhista.

Sindicatos se unem contra o McDonalds

Com o apoio da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** e CUT, um grupo de entidades sindicais protocolou, ontem, na Justiça do Trabalho, em Brasília, uma ação civil pública contra a rede de fast-food Mc Donald's no Brasil, por violação de direitos trabalhistas.

Os sindicalistas acusam a empresa Arcos Dorados, maior franqueadora do Mc Donald's na América Latina, de praticar 'dumping social', por desprezitar a legislação trabalhista com o objetivo de reduzir custos e oferecer preços mais competitivos que os da concorrência. E pedem que a rede fique proibida de abrir novas unidades caso continue cometendo irregularidades.

A ofensiva dos sindicatos brasileiros ocorre num momento em que a matriz americana vem sendo pressionada por ativistas a aumentar a remuneração de seus funcionários e seguir o exemplo de grandes varejistas, como o Walmart, que decidiram pagar mais que o salário mínimo vigente nos Estados Unidos.



Com o apoio informal da americana **União Internacional dos Empregados em Serviços (SEIU)**, a ação movida contra a rede de fast-food, que emprega cerca de 48 mil pessoas no Brasil, vai além da questão salarial e incluiu acusações de acúmulo e desvio de funções; fraude nos controles de ponto; não recolhimento do FGTS e prática de "jornada móvel de trabalho", em que o empregado fica mais de oito horas à disposição da empresa. Em nota, a assessoria de imprensa do Mc Donald's informou apenas que a empresa ainda não foi notificada.

Entre 2012 e agosto do ano passado, as entidades sindicais levantaram cerca de 400 processos trabalhistas contra a multinacional no País inteiro. Essa pesquisa foi feita por amostragem, o que significa que o número pode ser bem superior a esse. De lá para cá, o Mc Donald's chegou a assinar termos de ajustamento de conduta com trabalhadores, com o Ministério Público do Trabalho e com a própria Justiça mas, com base no levantamento, os sindicalistas afirmam que as irregularidades não foram corrigidas.

Essa é a primeira mobilização nacional contra a rede de fast-food no País, mas, regionalmente, a empresa já vem enfrentando processos. O mais emblemático terminou em março de 2013 com a decisão da Justiça de Pernambuco que obrigou a rede a pagar uma indenização de R\$ 7,5 milhões por dano moral coletivo. A empresa foi acionada, na ocasião, por obrigar funcionários a fazer a jornada móvel e consumir apenas lanches do McDonald's no horário das refeições.

Agora, os sindicatos pedem, liminarmente, que a Justiça dê um prazo para que a rede corrija as irregularidades sob pena de ficar proibida de abrir novas unidades no País. No processo conjunto em que acusa o Mc Donald's de 'dumping social', os trabalhadores também pedem ressarcimento por dano moral e pagamento de indenização, em valores que podem variar de 1% a 30% do faturamento da companhia.

Contra as medidas provisórias 664 e 665

Jornada Nacional de Luta

Centrais fazem ato no dia 2 de março nas Superintendências Regionais do Trabalho e 18 em Brasília

Francisco Pereira, o Chiquinho, secretário de Organização da União Geral dos Trabalhadores - UGT, reunido com dirigentes das demais centrais sindicais, na tarde de quinta-feira (12) na sede do Dieese, em São Paulo, está convocando a classe trabalhadora para realizar uma Jornada Nacional de Luta a começar no dia 2 de março com um ato em frente das Superintendências Regionais do Ministério do Trabalho, nas principais capitais do País.

"Essa manifestação será para chamar a atenção da população para as medidas provisórias 664 e 665 que retiram direitos dos trabalhadores", disse Chiquinho. Também ficou decidido entre os dirigentes das centrais que no dia 18 de março o movimento sindical fará uma mobilização em Brasília, no Congresso Nacional.

As medidas provisórias editadas pelo Governo Federal no apagar das luzes de 2014 retira direitos dos trabalhadores e benefícios previdenciários, entre eles pensão por morte, abono salarial e seguro-desemprego.

Participaram da reunião dirigentes da Força Sindical, CSB, CTB, CUT, Nova Central e UGT.



**Considerações
sobre as MPS
664 e 665**



Leia o artigo
Wagner José de
Souza sobre o
Direito de Greve

Ministro do Trabalho apoia direito à greve

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, ratificou, no dia 18 último, em Brasília, o apoio do governo brasileiro à luta dos trabalhadores pelo reconhecimento do direito de greve.

Ele se reuniu com as centrais sindicais ligadas à Confederação Sindical Internacional (CSI), que estão empenhados no reconhecimento do direito de greve como um instituto do Direito Internacional, no âmbito do debate que se desenvolve na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em nome da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, o vice-presidente da entidade **Laurenço Prado**, participou da reunião.



Os trabalhadores são favoráveis a levar o assunto ao Tribunal Internacional de Haia caso o consenso não seja alcançado na OIT. O questionamento levantado pelo bancada patronal, em 2012, é de que o direito de greve não estaria amparado pela Convenção 87 da OIT, que trata da liberdade de organização sindical. O impasse na Comissão de Normas já dura dois anos.

Para Manoel Dias, o governo brasileiro reconhece o direito de greve como parte do direito internacional. “Em muitos casos, a greve é a única arma que resta ao trabalhador para fazer valer os seus direitos. A defesa desse direito tem o nosso total apoio”, explicou o ministro.

Ele lembrou que, em meio a crise internacional, estabelecida desde 2008, a luta de classes tem ganhado força e levado a esse tipo de debate, que ameaça direitos adquiridos dos trabalhadores.

O representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da OIT e secretário de Relações Internacionais da Central Única do Trabalhadores (CUT), Antonio Lisboa, participou da reunião, e também o secretário de relações internacionais da Força Sindical, Nilton Souza Silva, Carlos Alberto Azevedo, presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais e Ruth Monteiro, secretária de cidadania da Força Sindical.

Em defesa do Direito de Greve

Víctor Báez, secretário geral da Confederação Sindical das Américas

Os empregadores fazer uma cruzada global agressiva contra a Convenção de 87 e o direito à greve, e contra a legitimidade das interpretações feitas pelos órgãos de supervisão da OIT sobre a questão.

Os empregadores pretendem ignorar a autoridade dos organismos internacionais de supervisão para definir o alcance e âmbito das Convenções, o que coloca em causa a própria existência do direito internacional para deixar aos Estados individualmente a interpretação das Convenções.



Nos últimas Conferências Internacionais do Trabalho empregadores causaram a completa paralização dos trabalhos da Comissão de Aplicação de Normas (CAS), contrariando décadas de reconhecimento pelos próprios empregadores sobre os pareceres da OIT. Isso tem impedido a Comissão pidesse tratar da lista dos casos de graves violações dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

O direito humano à greve é uma ferramenta fundamental para afirmar a dignidade da classe trabalhadora e fortalecer a democracia política coerente com os princípios de justiça social e da igualdade substantiva. Portanto, a Confederação Sindical das Américas (CSA) e para todos os sindicatos é de alta prioridade a mobilização das massas trabalhadoras para defender este direito humano. Não é suficiente para que nossas Constituições ou leis já prevejam essa possibilidade. Se perdermos esse direito na OIT, as leis dos países que nos favorecem podem ir caindo, como um efeito dominó.

A CSA, a CSI e as nossas centrais sindicais afiliadas continuamos atentos na defesa desse direito fundamental.



Leia mais: El
derecho de
huelga no se toca

Comerciários: Patah reeleito com 93% dos votos

Com 25.270 votos, os trabalhadores do comércio elegeram a Chapa Projeto Avança, liderada por **Ricardo Patah**. No total, foram computados 27.096 votos, sendo 1.186 brancos e 640 nulos.

"Obrigado a todos que participaram desse movimento da democracia. Vamos, juntos, criar um Brasil que respeite os comerciários. A vitória é deles! Nossa diretoria se compromete a lutar bravamente pelo piso unificado, data-base unificada nacionalmente e para superar a rotatividade e a precariedade", discursou Patah.

"Parabéns pela diretoria comprometida e por agregar tantos sindicatos. Sem dúvida, quem ganha é o comerciário", falou Luis Carlos Motta, presidente da Fecomerciarior e da UGT São Paulo, que presidiu a mesa de apuração.



Patah encabeça a chapa "Projeto Avança - Pelo piso nacional e a regulamentação da jornada de trabalho". Este será seu quarto mandato, mas o sindicalista está engajado na luta da categoria desde 1972, quando teve seu primeiro emprego no comércio. Ele preside também a União Geral dos Trabalhadores (UGT), central à qual a entidade é filiada.

Brasil e Argentina organizam Encontro Internacional

O presidente do Sinecofi e vereador **Zé Carlos Neves** acompanhado pelos diretores **Edilson Vieira**, **Gineumar Gaedick (Manão)** e **Caetano Rizzi** receberam nesta quinta-feira o secretário geral da UGT Nacional, **Avelino Garcia**; o vice-presidente da FECEP, **Leocides Fornazza**; o diretor da Federación Argentina de Empleados de Comercio y Servicios (FAECYS), **Ruben Cortina**, e o diretor do Sindicato dos Comerciários de Misiones (AR), **Luis Alfredo Ojeda**.



Em pauta a realização do Encontro Internacional de lideranças da categoria comerciária que vai tratar de ações comuns a fim de implementar ações e medidas concretas contra o trabalho escravo e a exploração da mão de obra.

As entidades sindicais vêm se organizando em torno de quatro prioridades: mais e melhor educação; conciliação entre estudo, trabalho e vida familiar; inserção digna e ativa no mundo do trabalho; e diálogo social.

O Encontro Internacional está marcado para os dias 13 e 14 de março, em Foz do Iguaçu.

Mais Justiça no Imposto de Renda

NT nº 144 - Imposto de Renda Pessoa Física: Propostas para uma Tributação Mais Justa

A correção anual da tabela do imposto de renda pela inflação e a criação de uma nova estrutura de tributação são temas desta Nota (atualização da NT 131). A questão é uma das reivindicações do movimento sindical. Desde 1996, a defasagem da tabela é de 64,37%.

O debate sobre o Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), em especial sobre a forma de correção da tabela, é de suma importância para a reorganização do sistema tributário brasileiro em bases mais justas.

Isso porque, na medida em que os salários são ajustados à inflação corrente e, ao mesmo tempo, a tabela de incidência do imposto não é, ocorre uma corrosão nos rendimentos do trabalhador, em termos reais.

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos

Nota Técnica

Imposto de renda pessoa física:
propostas para uma tributação mais justa
atualização NT nº 144 de março de 2014

DIEESE

NT nº 144